

## **Uma democracia da minoria? Pistas para uma enquete sobre a oligarquia hoje**

*Martin Breough\**

*Tradução: Maria Constança Peres Pissara*

A questão do regime oligárquico, ou seja, do exercício do poder político pela minoria, há muito tempo foi objeto de um esquecimento. Entretanto, sua existência histórica foi constatada pelos primeiros analistas da cidade grega, Platão e Aristóteles, depois de referida por Heródoto no livro três de suas *Histórias*. O longo eclipse da oligarquia fez dela um regime particularmente pouco estudado, apesar de sua subsistência através da história das formas de governo. Todavia, há pouco tempo, a oligarquia parece ter ressurgido na consciência política popular, da mesma forma que na pesquisa científica. De um lado, a referência à oligarquia apareceu nas publicações tradicionais e respeitadas nos Estados Unidos e na França, como o *New York Times*, o *Harper's Magazine* e o *Le Mon-*

*de*<sup>1</sup>. Por exemplo, o editor da *Harper's*, Thomas Frank, não hesitou em qualificar a assessoria do Presidente americano Barack Obama de oligarca e subordinada aos interesses dos grandes bancos de investimento de Wall Street<sup>2</sup>. Por outro lado, um pensador chave da teoria política contemporânea, Jacques Rancière, insiste em afirmar que «nós vivemos em Estados de direito oligárquicos, ou seja, Estados nos quais o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais.<sup>3</sup>»

A questão da lógica, da extensão e da presença efetiva da oligarquia hoje está no coração dos debates sobre a justiça, a igualdade e a liberdade. A lógica oligárquica reduz os negócios públicos a um confisco da minoria em detrimento do grande número que só pode se traduzir por múltiplas injustiças sociais, econômicas, políticas e culturais. A extensão da oligarquia diz respeito, igualmente, ao princípio da igualdade dos cidadãos, entendida como o acesso de todos à elaboração da lei, favorecendo indevidamente alguns, ao mesmo tempo afastando a maioria. Enfim, a presença efetiva da oligarquia reduz radicalmente o campo de extensão da liberdade política uma vez que este não pode ser o apanágio de todos. Assim, uma tal enquete sobre a oligarquia se impõe a quem quer que deseje levar a sério a promessa da democracia, notadamente o acesso da maioria ao poder público. Uma tal enquete sobre a oligarquia também se impõe à pesquisa científica: mais precisamente, trata-se de extrair da experiência política da modernidade a compreensão mais

rigorosa possível da natureza do regime político que é o nosso, ou seja, a democracia liberal.

Neste artigo, pretendo abordar considerações conceituais preliminares para um estudo da oligarquia hoje; ele é apenas programático, no sentido que propõe as primeiras hipóteses de uma enquete filosófica e política por vir. No que segue, quero sugerir pistas de pesquisa para uma compreensão renovada do fenômeno a partir de dois trabalhos recentes. O primeiro é um livro para o grande público escrito pelo jornalista francês Hervé Kempf, cujo título é *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie* e foi publicado em 2011. Trata-se de uma operação de sensibilização pela virada oligárquica feita pelas democracias contemporâneas. O segundo, *Oligarchy* (2011), do professor americano Jeffrey Winters é um estudo comparativo da oligarquia que visa estabelecer um quadro analítico rigoroso a fim de fundar uma nova tipologia das oligarquias. Apesar da riqueza e da importância desses trabalhos, o panfleto de Kempf e o estudo científico de Winters dividem, na minha opinião, o mesmo limite: eles reduzem a oligarquia à plutocracia, ou seja, ao reino dos ricos. Me parece que essa redução apresenta um problema, pois ela faz a abstração da lógica oligárquica que se inscreve no sentido mesmo da “configuração política moderna”. Por essa expressão entendo que três instituições chave da modernidade política, o governo representativo, o sistema dos partidos políticos e as grandes burocracias (deixo de lado aqui o sistema jurídico), apresentam um

caráter oligárquico. Isso significa que mais do que confundir oligarquia e plutocracia, é importante restabelecer uma problemática política antiga, a dos “títulos que habilitam a governar”, entendidos como os qualificativos que permitem almejar o exercício do poder público. É no nascedouro dessa problemática que proponho articular uma outra aproximação da questão da oligarquia nas sociedades contemporâneas.

Primeiramente, apresentarei as teses do Kempf e de Winters para mostrar como eles descolam a figura da oligarquia da plutocracia. Esboçarei a seguir as razões pelas quais os componentes da configuração política moderna são oligárquicos. Enfim, discutirei a problemática dos “títulos que habilitam a governar”, para concluir sobre isso que considero as tarefas essenciais da teoria política crítica do século XXI.

## **1 – A oligarquia : o poder dos ricos? Sobre Kempf e Winters**

Célebre jornalista iconoclasta e engajado nas lutas ecológicas, Hervé Kempf gosta dos textos “provocadores” que visam suscitar o debate público<sup>4</sup>. Em *L’oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, Kempf afirma, de imediato, querer se inscrever na contracorrente do discurso dominante que ignora o conceito de oligarquia. Ele define oligarquia como um “sistema de organização política no qual

uma minoria de pessoas concentra e divide os poderes econômicos, políticos e mediáticos e discutem entre eles decisões a tomar pela coletividade<sup>5</sup>”. Para Kempf, a constatação de que “estamos em uma oligarquia” ou, ao menos, que estamos “no caminho da oligarquia”<sup>6</sup>, se inscreve no contexto da crise ecológica provocada pela vontade crescente ilimitada do capitalismo avançado.

Os argumentos em favor do regime da minoria provém, hoje, de vários meios, dos quais alguns podem surpreender. É precisamente no quadro da crise ecológica que cientistas respeitados propõem se libertar da democracia a fim de confiar o poder a um grupo restrito de pessoas esclarecidas e virtuosas únicas capazes de encarar os desafios ecológicos e de tomar as decisões delicadas que se impõem às sociedades contemporâneas. Essa “tentação autoritária”<sup>7</sup> se articula seguindo a lógica da supremacia dos imperativos do meio ambiente sobre a democracia, como afirma o pesquisador australiano David Shearman que declara: “se a democracia não pode fornecer liderança e ação sobre a mudança climática, sua sobrevivência deve ser posta em questão<sup>8</sup>”. O elogio da minoria no poder se encontra igualmente sob a pena de jornalistas e de comentaristas influentes da imprensa francesa e americana. Alguns, como Alexandre Adler nas ondas da France Culture, defendem que « uma ditadura benfazeja » é « necessária » para países como a Grécia, enquanto outros, como Thomas Friedman do *New York Times*, veem no exemplo da China autoritária uma solução para “impor políticas

difíceis de aceitar mas essenciais para fazer avançar uma sociedade no século XXI ”.<sup>9</sup> Como destaca Kempf, esta desconsideração da democracia em nome de imperativos outros não democráticos (notadamente capitalistas) tem raízes profundas no século XX e se inscreve na zona de influência das teorias de Joseph Schumpeter e da influente Comissão Trilateral nascida nos anos 1970. Em *Capitalisme, Socialisme et Démocratie* (1942), Schumpeter defende que as “massas” são apenas “carneiros de Parnurge<sup>10</sup>”, ou seja, pessoas desprovidas de espírito crítico e que seguem o rebanho. Em seu relato sobre a “Crise de la démocratie” redigido em 1975, a Comissão Trilateral constatou um “excesso de democracia” nos Estados Unidos que poderia ser corrigido por “um grau maior de moderação na democracia” cujo bom funcionamento “requer habitualmente uma certa medida de apatia e de não engajamento de uma parte dos indivíduos e dos grupos”<sup>11</sup>. Isso quer dizer que os fundamentos práticos e teóricos do regime oligárquico estão solidamente ancorados no imaginário político do século XX, mesmo se o regime, propriamente dito, caiu no esquecimento.

Kempf reconhece a dupla realidade do termo “oligarquia” que designa, ao mesmo tempo, uma categoria sociológica reagrupando a minoria, e um regime particular que confere a este o exercício exclusivo da potência pública. Segundo ele, hoje, devemos compor com essas duas facetas. Antes dos anos 1980, a democracia “era de outro modo mais viva”<sup>12</sup> e depois dessa data, pode-se constatar

um “desvio” em direção à oligarquia em razão do crescimento das desigualdades entre o estrato mais rico e a maioria. Paradoxalmente, talvez, essa “oligarquização” tenha sido percebida somente por um pequeno número de pensadores “audaciosos”, como o demógrafo Emmanuel Todd ou Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot, autores de um estudo sociológico intitulado *Le Président des riches. Enquête sur l’oligarchie dans la France de Nicolas Sarkozy*. A hipótese de Kempf é que “o povo foi despossuído de sua soberania por uma classe oligárquica<sup>14</sup>”. Se outrora, outros tipos de oligarquia existiram – fundadas sobre o saber ou na arte de fazer a guerra ou ainda no acesso ao sagrado – hoje, a classe reinante se caracteriza pela riqueza, por aquilo que permite distribuir prestígio e reconhecimento na sociedade capitalista avançada pós-1980. É por isso que se poderia indiferentemente falar de “plutocracia” ou de oligarquia.

O fosso que hoje existe entre o fato massivo de uma oligarquia e a ausência quase completa de referência à oligarquia no debate público, deve-se em grande parte a uma falta de trabalhos científicos sobre a questão. Para Kempf, o último estudo sério sobre a oligarquia, remonta a célebre obra de Robert Michels, *Les partis politiques: essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, que data de 1911. Como consequência, estamos diante de um “vazio conceitual” que representa uma “armadilha perigosa”<sup>15</sup> segundo Kempf. Essa armadilha faz com que não saibamos mais como qualificar nosso regime ou como articular uma crítica dele: sua lógi-

ca e seu funcionamento ultrapassam as categorias usuais do debate público, sendo que nosso regime certamente não é totalitário nem ditatorial, nem verdadeiramente autoritário. Entretanto, sem equívoco, certas declarações indicam a ascendência de uma oligarquia. Por exemplo, quando Warren Buffet sublinha a existência de uma luta de classes entre os ultra ricos, ou quando a ex-esposa de Nicolas Sarkozy fala de uma “raça de senhores”<sup>16</sup>, trata-se de indicadores da qualidade de nossas democracias e da relação que existe entre dinheiro e política. Para Kempf, não há dúvida que essa luta de classes se traduz em termos políticos em uma captação de atores políticos, de direita e de esquerda, por interesses capitalistas: uma porta giratória existiria entre o pessoal político e aquele do setor privado. Estranhamente, essa constatação não conduz Kempf a questionar as instituições da mediação política moderna, notadamente o governo representativo. Para ele, a captação oligárquica é apenas o fruto da conjuntura pós-1980 e que “uma cultura viva da democracia na base (...) só pode revigorar os mecanismos ainda funcionais da democracia representativa”<sup>17</sup>. Em síntese, o problema é conjuntural e não se inscreve, portanto, na lógica mesma das instituições políticas da modernidade.

*Oligarchy*, a monografia científica de Jeffrey Winters, professor da Northwestern University de Chicago propõe traçar um quadro analítico da oligarquia de suas origens aos nossos dias. A premissa da obra é que a forte concentração de riqueza entre as



mãos de uma minoria produz formas diferentes de dominação oligárquica que não podem ser compreendidas no quadro analítico pluralista que marcou significativamente a paisagem da ciência política americana desde a publicação da obra pioneira de Robert Dahl, *Qui gouverne?* em 1961. Os ultra ricos não são, contrariamente àquilo que o modelo de uma competição das elites sugere, um grupo entre outros na luta pelo poder político<sup>18</sup>. Segundo a hipótese de Winters, a extrema riqueza tem uma influência determinante sobre a capacidade das oligarquias enquanto indivíduos e enquanto comunidades de interesses, de se defender e de promover seus interesses no seio de um Estado. Formulado de outra forma, a acumulação de grandes fortunas engendra, para as oligarquias, problemas particulares quanto à conservação e ao seu crescimento. Por exemplo, Winters constata a criação recente de uma verdadeira indústria voltada à defesa das grandes fortunas nos Estados Unidos constituída de lobistas e de *think tank* financiados pelas oligarquias e inteiramente mobilizada em favor dos interesses desses últimos (que Winters chama a “income defense industry”). Ao mesmo tempo, essas grandes fortunas fornecem meios colossais para resolver os mesmos problemas, notadamente pela via do financiamento de candidatos políticos favoráveis às medidas visando proteger a acumulação da riqueza.

Todavia, Winters se resguarda de negar a existência de um pluralismo político nos Estados Unidos ou de afirmar que o caráter democrático do sistema eleitoral não passa de uma quimera. En-

quanto alguns pensadores afirmam que a presença de uma oligarquia expõe o caráter ilusório do pluralismo político nos Estados Unidos (como Noam Chomsky<sup>19</sup>), Winters defende que em situações de estratificação social extrema se desenvolve uma categoria socioeconômica – a oligarquia – que detém recursos únicos e que merece, portanto, uma análise completa. Não se trata tanto de negar o pluralismo mas de examinar o impacto político da oligarquia. Na sequência, é possível compreender que a solução do problema da existência de uma oligarquia reside, segundo Winters, em uma eliminação das estratificações sociais extremas, pois onde estas estão ausentes, a oligarquia também está.

Para Winters, os dois grandes pensadores da oligarquia são Aristóteles e Robert Michels<sup>20</sup>. Do pensamento de Aristóteles, Winters retira os fundamentos materialistas da oligarquia. De Michels, ele retira a origem da lacuna da maior parte dos estudos sobre a oligarquia hoje, ou seja, a ausência de uma definição rigorosa, ou mais rigorosamente materialista, do conceito. Se a tipologia aristoteliana dos regimes é bem conhecida e largamente estudada, sua conceitualização o é menos. Para Aristóteles, a essência da oligarquia não reside no fato que só uma minoria pode governar, mas que essa minoria é constituída de cidadãos afortunados. Em Michels, Winters vê, preferencialmente, mais uma teoria das elites do que uma teoria da oligarquia: os sistemas complexos de que se trata terminam invariavelmente por se fazer dominar por uma minoria de que não

são necessariamente distinguidos pela riqueza. A extensão muito grande do conceito de oligarquia no estudo de Michels não permite alcançar a diferença substancial entre a minoria que domina, por exemplo, uma assembleia estudantil e aquele que domina o Senado americano. Desde então, a especificidade materialista da oligarquia passou despercebida<sup>21</sup>.

A fim de preservar a oligarquia como conceito, é necessário, então, se desfazer da compreensão que se funda sobre a etimologia da palavra: o poder (*kratos*) exercido pela minoria (*oligos*). É mais importante determinar a base e o alcance do poder oligárquico. Para Winters, a base do poder oligárquico é uma riqueza material que resiste particularmente bem à dispersão e à divisão dos impostos. Seu alcance atual é grande, posto que raras são as comunidades políticas hoje que penalizam fortemente a acumulação de riqueza ou que são capazes de frear a criação de mecanismos de proteção da riqueza, tais como os paraísos fiscais e os quadros regulamentares de complacência<sup>22</sup>. Essas constatações são importantes, pois Winters considera que outros tipos de exercício minoritário do poder continuam sendo presa da dispersão, continuam submetidos à dispersão por meios políticos. Ora, se o fundamento do poder das oligarquias é particularmente difícil de atacar, isso se dá porque a base sobre a qual repousa seu poder é mais impermeável às pressões democráticas. Além disso, para ser qualificado de oligarquia, a amplitude do poder em questão deve ser tal que sua manutenção seja onerosa,

necessitando recursos materiais consideráveis. Ela deve igualmente ser sistêmica, isto é, inscrita no funcionamento mesmo do sistema. O ponto de partida de uma análise rigorosa da oligarquia se encontra, assim, na ideia que as desigualdades materiais extremas tendem a conduzir a desigualdades políticas também extremas<sup>23</sup>.

Manifestamente, esta teoria da oligarquia não pode ser confundida com a teoria das elites. A proibição da riqueza (em termos de propriedade privada mas também de proteção de rendimentos) impõe imperativos particulares que não são divididos por outros tipos de elite<sup>24</sup>. O problema é que o conceito guarda-chuva de elite sabota o conceito de oligarquia dissimulando o papel central representado pelo poder do dinheiro e permanece assim incapaz de compreender os entraves políticos específicos suscitados pela presença de oligarcas. De fato, Winters afirma mesmo que “quase todos os tipos de elites foram seriamente postas à prova pelas lutas e transformações democráticas enquanto o poder dos oligarcas, em razão de sua natureza diferente, não o foi<sup>25</sup>”. Ora, a oligarquia tal como definida por Winters põe um problema particularmente espinhoso para a democracia, que diz respeito ao tipo de poder que cabe a cada um. Se o poder dos oligarcas é resolutamente material, aquele da democracia é simbólico ou, em seus termos, “não-material”. As instituições democráticas podem, entretanto, tentar domesticar os oligarcas, mas, a não ser por um esforço sustentado de redistribuição da riqueza das grandes fortunas, a oligarquia não pode ser erra-

dicada por mecanismos estritamente democráticos.

Apesar das diferenças de objetivos e de perspectivas, os livros de Kempf e de Winters estão de acordo quanto a aproximar a figura do oligarca da do rico. Dito de outra forma, a oligarquia seria uma plutocracia e, para por fim aos seus efeitos políticos nefastos para a democracia, é preciso saber “revificar” esta, como sugere Kempf ou, seguindo Winters, instaurar potentes mecanismos de redistribuição de riqueza. Reconhecendo a contribuição significativa dessas obras, parece-me que elas caem na armadilha de um certo reducionismo econômico que tende a negar a complexidade dos fenômenos de dominação no seio das sociedades contemporâneas. A figura do plutocrata ou de 1% para retomar a imagem do movimento *Occupons*, não esgota a compreensão que nós podemos ter do funcionamento efetivo da dominação no seio da modernidade política. Certamente, a captação da riqueza pela minoria representa um papel inegável, hoje, na dominação. Entretanto, parece-me que, para compreender a oligarquia nós devemos aprofundar a problemática e analisar de maneira crítica a gênese, o funcionamento e a lógica da configuração política moderna. Contrariamente àquilo que propõem esses dois autores, é possível que a vivificação da democracia passe mais por essa crítica defendida e que apenas nessa condição o horizonte de uma política emancipatória possa se desenrolar.

## **2 – A configuração política dominante da modernidade e da oligarquia**

A configuração política dominante da modernidade se estabeleceu ao longo dos séculos XVIII e XIX pela criação ou consolidação de três instituições chaves: o governo representativo, o sistema dos partidos políticos e as grandes burocracias. Mesmo uma análise sumaria dessas instituições mostra que elas repousam sobre mecanismos que visam canalizar ou neutralizar as energias democráticas. Desejo mostrar, brevemente, como elas foram concebidas a partir de uma lógica oligárquica e não democrática, uma vez que esta era considerada pelos fundadores de nosso regime político como um modo de governo indesejável, irracional, talvez mesmo, portador do caos e da desordem<sup>26</sup>.

Como o explica Bernard Manin em sua obra *Principes du gouvernement représentatif* (1995), os grandes pensadores do sistema representativo estão de acordo com seus opositores em um ponto crucial: este não foi posto em marcha para fazer acontecer a democracia. Nos lembramos, aqui, da famosa frase de Rousseau sobre o povo inglês que só é livre uma vez a cada quatro anos, posto que ele exerce sua liberdade política escolhendo seus representantes. Para o pensador do *Contrato social*, um tal uso da liberdade faz com que os ingleses bem mereçam perde-la<sup>27</sup>! No caso dos partidários do regime representativo, trata-se de criar um sistema

que concede uma legitimidade democrática à tomada de poder por “cavalheiros” virtuosos “mais habilitados a discernir o verdadeiro interesse do país<sup>28</sup>» para retomar a formulação do pai fundador do regime representativo americano, John Madison. Em os *Federalist Papers*, Madison escreve que “em um tal sistema, pode bem acontecer que a vontade pública formulada pelos representantes do povo, esteja mais de acordo com o bem público do que se ela fosse formulada pelo próprio povo reunido com esse fim<sup>29</sup>». A fim de conseguir tornar legítimo a concessão da potência pública a minoria, os pais fundadores do regime representativo escolheram a eleição como método para selecionar os detentores dos cargos públicos. Contrariamente ao sorteio, tradicionalmente entendido como um método de seleção democrática, a eleição, desde o princípio, estabelece um “princípio de distinção” que faz com que o titular do cargo eletivo seja superior ao eleitor. Foi com conhecimento de causa que a eleição foi privilegiada sobre o sorteio, o que confere uma lógica oligárquica ao funcionamento do governo representativo. Bernard Manin, assim resume a situação: os fundadores “se esforçaram [...] de maneira consciente e deliberada em fazer de tal forma que os escolhidos fossem de um nível social mais elevado que seus eleitores, que se situassem mais alto do que aqueles dos quais detém seu poder na ordem do acaso e este, cada vez mais dificilmente alcançável pelo talento e pela virtude. [...] O governo representativo foi instituído com a clara consciência que os representantes eleitos

seriam e deveriam ser cidadãos diferenciados, socialmente distintos daqueles que os elegiam<sup>30</sup>». Desde então, o governo representativo é um regime de notáveis que oferece o monopólio dos cargos públicos a cidadãos que se distinguem notadamente por sua sorte ou riqueza.

O segundo componente dessa configuração é o sistema dos partidos políticos. Nascidos na segunda metade do século XIX, os partidos como forma de organização política emergem com a extensão do sufrágio e respondem à necessidade de compor com as energias democráticas novamente liberadas. Ora, os primeiros estudos do sistema dos partidos, aqueles de Moisei Ostrogorski (1902) e de Robert Michels (1911), assinalam o caráter anti-democrático dos partidos. De fato, contrariamente à esperança de um aprofundamento da democracia, os partidos se mostraram instâncias de manipulação de militantes de base dos quadros. De fato, Ostrogorski afirma que a própria estrutura dos partidos faz com que as ações sejam “reduzidas a performances reguladas. Nenhuma surpresa e elasticidade nos movimentos, sobre toda a linha um jogo rígido dos procedimentos *cut and dried* que excluem toda espontaneidade<sup>31</sup>». A análise de Michels, de seu lado, sublinha a importância de uma figura política nova: o militante exemplar capaz de propagar a mensagem do partido e de organizar a vitória na base. Esse último é, então, aquele que permite aos partidos se tornarem verdadeiras “máquinas eleitorais” visando se apropriar do poder do Estado. Michels vê, mesmo, nesses militantes exemplares uma manifestação das “tendências oligár-



quicas”<sup>32</sup>» em marcha nas organizações complexas.

As grandes burocracias, por sua vez, foram consolidadas na primeira metade do século XX afim de dar “forma” e “consistência prática”<sup>33</sup> aos políticos preconizados pelos eleitos. Legitimados por um saber pratico, notadamente o direito e as ciências econômicas e administrativas, os burocratas se distinguiram por um “tipo de conduta específica”. Seguindo a análise de Claude Lefort: “a burocracia só existe para os burocratas, só pela sua intenção comum de constituir um meio à parte, à distância dos dominados [...] de se determinar uns em relação aos outros em função de uma hierarquia que garanta a cada um seja um status material, seja um status de prestígio<sup>34</sup>”. Mas a burocracia constitui também uma esfera que tende à auto-justificação e à auto-reprodução. Mais precisamente, a lógica burocrática comanda uma extensão mais e mais importante de suas atividades e de suas responsabilidades. Por isso se trata aqui das “grandes” burocracias. Se a figura do governo representativo é o cavaleiro afortunado e aquele do sistema dos partidos, o militante exemplar, pode-se afirmar que no caso das grandes burocracias a figura privilegiada é a do tecnocrata. Esse último domina em razão de seu saber e de um acesso exclusivo a uma expertise que não pode ser o apanágio de todos.

A configuração política dominante da modernidade tende, então, a ser incapaz de oferecer ao grande número o lugar que lhe convém em uma comunidade que se diz e que se quer democrática.

As instituições chaves de nosso regime político são deliberadamente estruturadas de maneira a limitar o acesso aos cargos públicos a minoria e funcionam segundo uma lógica oligárquica. Além do mais, se a riqueza representa um papel importante nesse contexto, ela não esgota as figuras que hoje pode tomar a oligarquia. Pode-se, mesmo dizer que a modernidade política nos põe em presença de um regime composto que combina elementos democráticos (eleições, direitos individuais mas também sociais) com elementos oligárquicos (cargos públicos reservados para uma minoria de maneira a criar um “regime misto”<sup>35</sup>) que será uma inverídica “democracia da minoria”.

### **3 – Os “títulos que habilitam a governar”: em direção a uma concepção plural da oligarquia**

Essa constatação de uma pluralidade de tipos de oligarcas nos conduz então para longe de uma redução da oligarquia à plutocracia. Ela nos obriga a reconsiderar uma questão política antiga, a dos “títulos que habilitam a governar”, entendidos como os qualificativos que permitem um exercício legítimo do poder público. Nós encontramos, notadamente em Platão, uma reflexão sobre os diferentes títulos que habilitam a governar e o tipo de justificação que subentendem esses títulos. O retorno da questão oligárquica nos

obriga, então, a reabrir os “velhos livros” para tentar pensar de outra forma, hoje, o problema de uma política da minoria.

No livro 3 das *Leis*<sup>36</sup>, Platão faz dialogar seu interlocutor principal, o Ateniense, com Clínias de Crétois. Depois de ter afirmado a existência, em todas comunidades políticas, de uma cisão entre governantes e governados, o Ateniense procura compreender em virtude do que é possível se distinguir como governante seja de um Estado, seja de uma família (690a). Platão indica 7 títulos pelos quais se pode governar. O primeiro é o título de genitor ou em seu nome que autoriza o governo das crianças. O segundo reenvia aos nobres que podem naturalmente comandar as pessoas comuns. O terceiro diz respeito à convenção que quer que os mais velhos possam comandar os mais jovens. O quarto título “atribui o comando aos mestres e a obediência aos escravos” (690b). O quinto título é o “mais comum” e encontra na natureza, trata-se do mais forte que deve comandar o mais fraco. O sexto título é, segundo o Ateniense, o maior dos títulos. Ele “ordena ao ignorante obedecer e ao sábio guiar e comandar (690c). Enfim, o último título diz respeito ao acaso, àquele que a sorte designa como tendo a confiança dos deuses. É o título daqueles que não podem se queixar de nenhum outro título.

Como o sublinha Jacques Rancière, esses títulos que habilitam a governar estabelecem uma hierarquia de posições no seio da cidade que permanece “em continuidade com a natureza”<sup>37</sup>. Esta coesão com a natureza se faz pelo viés de títulos que se apoiam

sobre os laços de filiação ou das posições sociais: o parentesco, a nobreza, a idade e os mestres, de um lado, e a força e o saber, de outro lado. Além disso, essa segunda série de títulos diz respeito a um “princípio superior” defende Rancière uma vez que não se trata de que “aquele que nasceu antes ou nasceu melhor [governe], mas simplesmente daquele que é o melhor”<sup>38</sup>. Entretanto, essa legitimação fundada sobre a natureza é posta em causa pelo enigmático 7º. Título, aquele da sorte ou do favor dos deuses. É o único título que repousa sobre a contingência, indicada pelo sorteio, e que pode sancionar o governo não importa de quem. Isso equivale a dizer, do ponto de vista de Rancière, que é o título mesmo da democracia que, junto com sua existência, põe em causa os outros títulos. Esse título da contingência provoca então a desordem no seio dos outros títulos sublinhando o caráter arbitrário de toda naturalização da ordem instituída.

Ora, esse 7º. Título é de uma importância capital, atualmente, na compreensão da oligarquia. Ele rompe com a hierarquia tal como estabelecida pelos outros títulos que habilitam a governar e desvela o caráter escandaloso da democracia. Com efeito, isso nos lembra que toda ordem instituída está fundada em um golpe de força interpretativo visando naturalizar aquilo que só pode ser pura e simplesmente contingente. Portanto, é na proporção dos títulos que habilitam a governar que encontramos uma chave de inteligibilidade suscetível de orientar um estudo sobre a oligarquia hoje: quais

são as justificações que naturalizam a ascendência da minoria sobre os cargos públicos? Ou ainda: em virtude de quais formas de legitimação dos títulos que habilitam a governar tem direito de cidade nas sociedades contemporâneas.

### **Conclusão: as tarefas da teoria política crítica**

Para concluir, eu gostaria de explicar como um tal estudo da oligarquia se inscreve em um projeto mais largo que engloba as duas tarefas<sup>39</sup> que eu considero como as mais urgentes da teoria política crítica hoje. De um lado, compete efetuar uma análise crítica dos fenômenos de dominação que perduram nas sociedades contemporâneas: é preciso determinar aquilo que permite a manutenção ou a extensão da dominação, ao mesmo tempo sobre o plano individual e sobre o plano coletivo. De outro lado, importa sondar o social-histórico a fim de encontrar experiências que põem a liberdade, a igualdade e a solidariedade no coração do viver junto. É preciso compreender as possibilidades políticas que se oferecem a nós mesmo se elas se mostram fugazes ou de curta duração. Assumindo junto essas duas tarefas, criticar a dominação e pensar a emancipação – nós evitamos o rebaixamento da política à dominação e ao status quo. Dessa forma, nós conservamos um espaço para a ocorrência de uma política verdadeiramente emancipatória.

Um estudo da oligarquia e dos títulos que habilitam a governar sobre os quais repousa o poder das oligarquias hoje, se inscreve na primeira das duas tarefas. Trata-se de compreender por quais meios e em que medida a minoria consegue se apossar do espaço público usufruindo de uma legitimidade política. Ora, o 7º. Título de Platão, aquele fundado sobre a contingência e portanto sobre o governo de “não importa quem”, pode ser reaproximado dos acontecimentos que marcam a atualidade política mais recente aqui e alhures, suscetíveis de alimentar de outra forma nosso imaginário político. As primaveras árabes e a primavera dos estudantes quebequenses (2012), apesar de seus limites e ambiguidades, são o fruto da ação combinada pelo número dos desprovidos de títulos para governar. Essas “novas desordens” (Lefort) se inscrevem em uma longa história descontínua da liberdade na qual os “sem-títulos” excluídos do exercício do poder confundiram os imaginários políticos. Uma pista para reencontrar a democracia estaria, talvez, no abandono da ideia que os títulos para governar sejam necessários para agir no espaço público. Assim, poderíamos reencontrar esse antigo saber que outrora enunciava Protágoras: não existe *politikè techné* que seja exclusiva da minoria. O que existe, em matéria de saber político, é dividido por todos. Em poucas palavras, “ninguém pode ser sábio sozinho” ou em minoria, como nos lembra Castoriadis: a ação organizada pela minoria permanece uma via a privilegiar para uma verdade política emancipatória.

---

## Notas

- \* Professor agregado do departamento de Ciência Política da Faculdade de York, Toronto, Canadá. E-mail: mbreaugh@yorku.ca
- 1 Paul Krugman, « Oligarchy, American Style », *The New York Times*, November 4, 2011, A31; François Chesnais, « Comment desserrer l'étou de l'oligarchie financière », *Le Monde des Livres*, 29 août 2013 : [http://www.lemonde.fr/livres/article/2013/08/29/comment-desserrer-l-etou-de-l-oligarchie-financiere\\_3467929\\_3260.html](http://www.lemonde.fr/livres/article/2013/08/29/comment-desserrer-l-etou-de-l-oligarchie-financiere_3467929_3260.html), consultado em 9 de outubro de 2013.
  - 2 Thomas Frank, « The Maintenance Crew », *Harper's Magazine*, Outubro 2012, p.9.
  - 3 Jacques Rancière, *La haine de la démocratie*, Paris, La Fabrique, 2005, p.81.
  - 4 Veja-se, principalmente: Hervé Kempf, *Pour sauver la planète, sortez du capitalisme*, Paris, Seuil, 2009, ou *La guerre secrète des OGM*, Paris, Seuil, 2003.
  - 5 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, Paris, Seuil, 2013 (2011), p.7.
  - 6 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p. 11.
  - 7 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p. 13.
  - 8 Citado par Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.15.
  - 9 Citado par Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.17 et p.18.
  - 10 Citado por Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.20.
  - 11 Citado par Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.21.
  - 12 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.29.
  - 13 Michel Pinçon et Monique Pinçon-Charlot, *Le Président des riches. Enquête sur l'oligarchie dans la France de Nicolas Sarkozy*, Paris, Zones, 2010.
  - 14 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.31.
  - 15 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p. 35.
  - 16 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p. 42.
  - 17 Hervé Kempf, *L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie*, p.151.
  - 18 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p.xiii
  - 19 Noam Chomsky (entrevista), « The United States Has Essentially a One-Party System », *Speigel On-Line*, 10 octobre 2008 (consultada on line em 29 abril 2014: <http://www.spiegel.de/international/world/interview-with-noam-chomsky-the-united-states-has-essentially-a-one-party-system-a-583454.html>)
  - 20 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p.2
  - 21 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p.3.
  - 22 Cf. Alain Deneault, *Offshore. Paradis fiscaux et souveraineté criminelle*, Montréal, Écosociété, 2010.
  - 23 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p. 4.

- 24 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p.7.
- 25 Jeffrey Winters, *Oligarchy*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, p.8.
- 26 Francis Dupuis-Déri, *Démocratie. Histoire politique d'un mot. Aux États-Unis et en France*, Montréal, LUX éditeur, 2013.
- 27 Jean-Jacques Rousseau, *Du contrat social*, livre III, chapitre XV, Paris, Garnier-Flammarion, 1966, p.134.
- 28 Alexander Hamilton, John Madison, John Jay, *The Federalist Papers*, New York, New American Library, 1961, p. 82.
- 29 Alexander Hamilton, John Madison, John Jay, *The Federalist Papers*, New York, New American Library, 1961, p. 82.
- 30 Bernard Manin, *Principes du gouvernement représentatif*, Paris, 1995, Calmann-Lévy, 1995, p.125.
- 31 Moisei Ostrogorski, *La démocratie et les partis politiques*, Paris, 1979, Seuil, p. 46.
- 32 Roberto Michels, *Les partis politiques*, Paris, Champs-Flammarion, 1971.
- 33 Marcel Gauchet, *Le désenchantement du monde*, Paris, Gallimard, 1986, p.260.
- 34 Claude Lefort, « Qu'est-ce que la bureaucratie ? », *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Paris, Gallimard, 1979, p.297.
- 35 Cf. Bernard Manin, *Principes du gouvernement représentatif*, Paris, 1995, Calmann-Lévy, 1995.
- 36 Platon, *Les Lois*, trad. Emile Chambry, édition bilingue grecque ancien/français. Consulté en-ligne le 29 avril 2014: <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/platon/loislivre3.htm>.
- 37 Jacques Rancière, *La haine de la démocratie*, Paris, La Fabrique, 2005, p.46.
- 38 Jacques Rancière, *La haine de la démocratie*, Paris, La Fabrique, 2005, pp.46-47.
- 39 Sur ces deux tâches voir Miguel Abensour, *Pour une philosophie politique critique*, Paris, Sens & Tonka, 2009, pp.265-318.

---

## Referências Bibliográficas

- ABENSOUR, Miguel. *Pour une philosophie politique critique*, Paris, Sens & Tonka, 2009.
- CHOMSKY, Noam. « The United States Has Essentially a One-Party System », *Speigel On-Line*, 10 octobre 2008 (consulté en ligne le 29 avril 2014: <http://www.spiegel.de/international/world/interview-with-noam-chomsky-the-united-states-has-essentially-a-one-party-system-a-583454.html>)
- DEPUIS-DERI, Francis. *Démocratie. Histoire politique d'un mot. Aux États-Unis et en France*, Montréal, LUX éditeur, 2013.



Uma democracia da minoria?  
Pistas para uma enquete sobre a oligarquia hoje

- RANCIÈRE, Jacques. La haine de la démocratie, Paris, La Fabrique, 2005
- FRANK, Thomas. « The Maintenance Crew », Harper's Magazine, October 2012.
- GAUCHET, Marcel. Le désenchantement du monde, Paris, Gallimard, 1986, p.260.
- HAMILTON, Alexander, MADISON, John, JAY, John. The Federalist Papers, New York, New American Library, 1961.
- KEMPF, Hervé. Pour sauver la planète, sortez du capitalisme, Paris, Seuil, 2009.
- \_\_\_\_\_. La guerre secrète des OGM, Paris, Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. L'oligarchie ça suffit, vive la démocratie, Paris, Seuil, 2013 (2011)
- KRUGMAN, Paul. « Oligarchy, American Style », The New York Times, November 4, 2011, A31; François Chesnais, « Comment desserrer l'étouffement de l'oligarchie financière », Le Monde des Livres, 29 août 2013 : [http://www.lemonde.fr/livres/article/2013/08/29/comment-desserrer-l-etouffement-de-l-oligarchie-financiere\\_3467929\\_3260.html](http://www.lemonde.fr/livres/article/2013/08/29/comment-desserrer-l-etouffement-de-l-oligarchie-financiere_3467929_3260.html) consulté le 9 octobre 2013.
- LEFORT, Claude. « Qu'est-ce que la bureaucratie ? », Éléments d'une critique de la bureaucratie, Paris, Gallimard, 1979, p.297.
- MANIN, Bernard. Principes du gouvernement représentatif, Paris, 1995, Calmann-Lévy, 1995, p.125.
- MICHELS, Roberto. Les partis politiques, Paris, Champs-Flammarion, 1971.
- OSTROGORSKI, Moisei. La démocratie et les partis politiques, Paris, 1979, Seuil, p. 46.
- PINÇON, Michel/PINÇON-CHARLOT, Monique. Le Président des riches. Enquête sur l'oligarchie dans la France de Nicolas Sarkozy, Paris, Zones, 2010.
- PLATON. Les Lois, trad. Emile Chambry, édition bilingue grecque ancien/français. Consulté en-ligne le 29 avril 2014: <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/platon/loislivre3.htm>.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Du contrat social, livre III, chapitre XV, Paris, Garnier-Flammarion, 1966.
- WINTERS, Jeffrey Winters. Oligarchy, Cambridge, Cambridge University Press, 2011.

Martin Breugh